



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS**

CAMPINAS, SP, 5 DE OUTUBRO

AO VISITAR O INSTITUTO AGRONOMICO  
DE CAMPINAS.

Não é a primeira vez que visito esta próspera e progressista cidade, tão típica do espírito e do trabalho dos paulistas. A exemplo de outras comunidades crescidas no dadivoso solo da velha Província de Piratininga, é ela cheia de tradições de cultura e civismo, havendo muitas das suas iniciativas logrado justa repercussão nacional, como ocorre com o Instituto Agronômico de Campinas. Organização de inestimáveis serviços ao desenvolvimento do Estado, proporcionou, numa época na qual ainda pouco se acreditava nas benemerências e resultados da aplicação de melhores conhecimentos técnicos e científicos, as sólidas bases do surto agrícola de São Paulo. Realmente, graças à dedicação e seriedade dos que lançaram os fundamentos desta instituição, que o tempo tem sempre aprimorado, aqui encontrou a agricultura paulista o caminho certo para multiplicar o esforço dos homens e a uberdade da terra.

Mas, como freqüente, à prosperidade e ao avanço cultural correspondeu também acendrado espírito cívico, que, ainda, no período do Império, vinculou Campinas ao pensamento republicano, tornando-a inseparável da História da Proclamação do Regime de 1889. Aliás, nunca deixastes de acompanhar com o desejado interesse os acontecimentos políticos, certamente inseparáveis da vida e do destino do País. Assim, embora já não encontremos aqui as famosas andorinhas imortalizadas pela palavra de Rui Barbosa, por certo permanece a mesma a vossa presença e a vossa lembrança sôbre os fatos que marcam a vida nacional. É, pois, com justificada satisfação que vejo hoje à frente desta comuni-

dade, bem servindo-a, uma personalidade cheia de ideais e operosidade como o prefeito Rui Hollmeister Novais, cujas palavras muito agradeço, mas que antes de serem uma saudação ao Presidente da República exprimem o vigor do seu trabalho e identidade com a Revolução.

Não vos precisarei falar do passado próximo, tão carregado de perigos que rondaram e ameaçaram tragar a nossa civilização. Acredito, contudo, não ser em vão que vos repetirei coisas já ditas, mas talvez úteis de ainda uma vez enunciar.

Quantos de vós não terão ouvido dizer, e mais do que isso, afirmarem os adversários da Revolução, como cousa certa e decidida, a não realização do pleito que há dois dias, e de maneira tão expressiva, sagrou o marechal Costa e Silva futuro Presidente da República? Realmente, por mais que assegurássemos e reiterássemos ser compromisso da Revolução o exato cumprimento do calendário eleitoral que ela própria adotara, nunca se calaram as Cassandras nacionais, anunciando, entre outras desgraças, a não realização das eleições. Certamente, para nos valermos do Padre Antônio Vieira, quando tratou dos «quatro gêneros de vassalos», são êles de algum modo como aquêles «discípulos de Emaús, que, por mais profecias que se lhes declarem, por mais razões que se lhes dêem, enquanto se lhes não dá o pão, estão com os olhos e com os corações fechados, não conhecem nem reconhecem».

O fato, porém, — e nada maior do que o fato — é aí estarem já escolhidos o futuro Presidente da República e os futuros Governadores dos Estados, do mesmo modo que a 15 de novembro nôvo pleito completará a efetivação do calendário eleitoral.

A verdade é jamais haver o Governo admitido mudar tais compromissos, expressos nos Atos Institucionais, e, nas datas pre-determinadas, o futuro Presidente da República será empossado e o futuro Congresso Nacional instalado. Disso, aliás, ninguém duvida ou tem o direito de duvidar, tal a exação com que o Movimento Revolucionário cumpriu o prometido nesse terreno. O que buscam, porém, os opositores da Revolução, acima de tudo, é esconder a própria fraqueza, que temem ficar muito exposta e visível sem o fantasioso biombo das prorrogações e adiamentos. Na falta

de fundamentos cívicos ou partidários, agarram-se ao fantasma do continuismo e da supressão de eleições. E quando se sentem ainda mais enfraquecidos, buscam até aparecer como protetores da candidatura do marechal Costa e Silva. Será que iludem alguém?

Na realidade tudo quanto inventam parece tão vazio de conteúdo que os mais maliciosos poderão acreditar amanhã que apenas buscavam algum dos muitos caminhos da adesão. Caminhos vários, e entre os quais tanto se poderá encontrar o honesto desejo de participar de uma nova situação política, quanto o horror ao ostracismo, a luta pelo gôzo do poder, ou a tendência por uma sobrevivência a ser negociada. E como para bem negociar é mister simular fôrça e dissimular fraqueza, irrogam-se até a condição de fiadores de uma candidatura que tanto pretenderam perturbar. Em verdade não precisariam aforçar-se, pois além de não pretendermos ser, eu e o meu govêrno, obstáculo às novas posições que porventura existam amanhã, tudo tem a sua hora e ao Marechal Costa e Silva caberá escolher o que lhe parecer melhor para a sua política e administração.

Mas, se o calendário eleitoral e a posse dos eleitos constituem compromissos para com a Nação e a Revolução, nos têrmos dos Atos Institucionais, êstes, por sua vez, representam compromissos da Revolução para garantia dos destinos nacionais e da efetivação do movimento de 31 de março. A êles o Govêrno será fiel. E os Atos vigorarão até se extinguirem nas datas por êles próprios fixadas. Até porque a sua vigência e aplicação não prejudicam a Nação ou os três Podêres em que se divide. O Supremo Tribunal Federal tem hoje revigorada a sua capacidade. O Congresso Nacional, adquiridas condições mais eficientes de deliberação, em nada foi prejudicado, no seu trabalho e na sua liberdade, pelo texto do Ato Institucional nº 2, muito embora de quando em quando vejamos aflorar aqui e ali a insegurança de um sentimento de culpa, cuja angústia logo desejam relacionar com a honra do regime.

Não devemos, aliás, esquecer que nos desvãos do Palácio do Planalto chegara-se a preparar o fechamento do Congresso, delinendo-se a operação militar para uma dissolução melancólica. Outros, de imaginação mais espetacular, conceberam o envolvi-

mento do Palácio do Congresso com uma revoada de pára-quadistas. E uma e outra nada mais eram do que requintadas operações de Guerra Revolucionária a que não faltava a quinta coluna de parlamentares que, na sua grande maioria já afastados da representação nacional, pretendem ser hoje os arautos da dignidade e da honra do Congresso Nacional, aparentando tardia inconformação com os Atos Institucionais. Estes, por sinal, são intangíveis, embora casos especiais possam merecer especial aplicação, na base de compromissos a serem oportunamente examinados e tomados de acôrdo com a alta direção da ARENA e do Conselho de Segurança Nacional.

Assim, quem se detiver no exame do atual panorama político do país há de observar que, de cada um desses episódios verificados, o que sobressai é a consolidação da ARENA, partido que se fêz a necessária base da Revolução e que, vitoriosa em setembro, vitoriosa em outubro, também será vitoriosa em novembro.

Se, entretanto, muito avançamos no campo da estruturação política, também o mesmo ocorreu no terreno financeiro e econômico, ambos estreitamente vinculados, tanto é certa a impossibilidade de boas finanças sem uma boa política. Contudo, ao contrário do que acontece em relação a esta, onde os fatos logo se tornam perceptíveis pela Nação, freqüentemente lentos, tardios, são os resultados das realizações econômicas e financeiras. Por vezes, e antes que o povo possa colher delas os benefícios, verifica-se até serem dolorosas, impondo restrições e sacrifícios, que são repelidos por não se ver de logo a contrapartida dos benefícios.

Conta Augusto Choisy que, ao se construírem outrora as grandiosas catedrais, bem difícil era obter contribuições públicas para as fundações, que, por enterradas no solo, ainda não deixavam de perceber a beleza e o arrôjo da concepção. Daí haver acontecido algumas vezes que arquitetos, impacientes ou desesperados ante a dificuldade de amealhar recursos, lançassem rasos alicerces que, depois, haviam de ser refeitos com dispendiosos contrafortes de escora e o risco de deformações ou desperdícios de reconstrução.

Não vos preciso dizer quanto o símile é adequado à atual conjuntura, pois bem sabeis que ao Govêrno revolucionário coube

a árdua e paciente tarefa de lançar as fundações da estabilidade monetária, corrigir deformações e reformar instituições. Encontramos uma economia corroída pela inflação e sacudida pela agitação social, todos a reclamarem direitos e poucos a aceitarem deveres.

O primeiro esforço foi de saneamento financeiro. O país chegara a completa insolvência cambial. O «deficit» potencial do orçamento superava em 20% a receita prevista. A capacidade de investir na infra-estrutura de energia e transporte fôra destruída pela demagogia de tarifas baixas.

Julguei de meu dever, em benefício das gerações futuras, planejar nosso desenvolvimento sôbre bases mais sólidas, a fim de que êle fôsse mais estável. Por isso busquei reconstruir o *crédito externo* do país, acumulando reservas cambiais, que nos possibilitam negociar créditos com dignidade, em vez de obtê-los por chantagem política. Por isso também me apliquei a reconstruir o *crédito do Tesouro*, através das Obrigações Reajustáveis, cujo primeiro e pontual resgate foi iniciado há poucos dias, para que no futuro grande parcela dos investimentos possa ser financiada voluntariamente pela poupança pública, sem recurso às emissões do papel-moeda ou excessiva tributação. Por isso enfrentei a decisão de descongelar preços demagógicamente contidos, que solapavam nossa capacidade de investir. Os combustíveis foram reajustados para dar recursos à Petrobrás e às rodovias. As tarifas de energia elétrica e telefone foram também descongeladas para permitir investimentos nas rêdes de distribuição de energia, ameaçadas de colapso, e no sistema telefônico, vergonhosamente precários. Reajustaram-se os aluguéis e foi adotada a correção monetária a fim de reativar investimentos na construção civil e pôr têrmo paulatinamente à crise habitacional. Gradualmente liberaram-se os preços dos produtos agrícolas, ofertando-se ao agricultor, a partir da próxima safra, a opção de vender no mercado interno ou exportar, buscando o mais remunerador.

Outro aspeto daquela preparação de fundações foram as *reformas de base*. Está em vigor o Estatuto da Terra, que, através da tributação progressiva, da desapropriação, quando necessário, e da colonização, nos habilitará a melhorar, segura e continuamente,

a distribuição da propriedade. A reforma habitacional começa a dar frutos, como testemunha esta cidade através das construções do Banco Nacional de Habitação na Vila Rica. Uma reforma fiscal coibe mais efetivamente a evasão dos tributos e distribui melhor a carga fiscal, desestimulando o consumo do luxo e encorajando investimentos. A partir de 1º de janeiro de 1967 estará concluído o grande ciclo de reformas tributárias pela substituição do obsoleto imposto de vendas e consignações, com sua incidência em cascata, pelo imposto sobre a circulação, mais conducente à eficiência da comercialização. Modernizou-se a legislação sobre o mercado de capitais e foi criado o Banco Central, para gerir a política monetária a salvo das vicissitudes políticas. Na tarefa do desenvolvimento, mais importante que as obras e as máquinas, é a criação de instituições e instrumentos para a sua realização.

Consolidado o paciente trabalho de modernização das instituições, para assentar o desenvolvimento sobre firmes estacas e não rasos baldrames, contemplemos em perspectiva o caminho percorrido e a percorrer.

Desapoiado de propaganda dispendiosa e personalista, e por isso mesmo às vezes subestimado, o nosso esforço de desenvolvimento ficou à altura dos objetivos revolucionários. E assim será julgado pela História.

No campo de infra-estrutura, havia pouco mais de seis milhões de kilowatts de capacidade instalada de energia elétrica. Com intervalo inferior a seis meses, iniciaram-se as obras de três grandes usinas — Estreito, Ilha Solteira e Jaguará — que, em conjunto, totalizarão mais de 4 milhões de kilowatts, ou sejam mais de 60% de toda a capacidade instalada. A média anual de crescimento de potência instalada, que fôra de 210 mil kilowatts no período de 1956 a 1960 e de pouco mais de 500 mil kilowatts de 1960 a 1965, passará a cerca de 850 mil de 1966 a 1970. Somente no ano de 1967 deverá ser acrescido um total de um milhão de kilowatts adicionais. Investimentos que não sofreram nem o desequilíbrio técnico nem o financeiro do passado. Desequilíbrio técnico porque antes concentrados apenas nas barragens vistosamente inauguráveis, postergando-se os mais modestos nas redes de distribuição de energia. Desequilíbrio financeiro, porque, com a de-

magogia tarifária, as empresas não dispunham de recursos de auto-financiamento, constituindo carga inflacionária sobre o orçamento depauperado da União e impondo a cada Governo que se sucedia um período de pausa para correção da desordem financeira anterior.

No setor de transportes, estamos pela primeira vez formulando um plano decenal coordenado, para racionalizar a distribuição de investimentos entre as diversas formas de transporte. Reconstruído o nosso crédito internacional, tem-nos sido possível beneficiarmos de assistência financeira e técnica do Banco Mundial e do Banco Interamericano, em ambos os terrenos.

Ao início do Governo, os recursos do Fundo Rodoviário não bastavam sequer para pagar dívidas acumuladas e reconstruir rodovias publicitariamente inauguradas, em deficientes condições técnicas. Foi necessário dispender o resto do ano de 1964 saldando compromissos e promovendo a revisão do imposto sobre combustíveis, a fim de gerar recursos para novo impulso. Apesar disso, a média anual de pavimentação, de 1.133 km. no período de 1956 a 1960, baixando para 859 quilômetros, no período de 1961 a 1963, atingirá 1.250 quilômetros entre 1964 e 1966.

Com mais severa fiscalização e melhores exigências técnicas, sem o açodamento das inaugurações eleitoreiras, o trabalho de construção não será seguido, como aconteceu no passado, pelo desperdício de rápida destruição.

A Petrobrás, imune agora de influências políticas, aumentou seu rendimento, pois, sem nenhuma lavra predatória de poços, cresceu em 30% o nível de produção diária de óleo bruto encontrado no início do Governo e tudo indica que em breves meses a produção atingirá 150 mil barris por dia, habilitando-nos a suprir quase a metade do consumo brasileiro. Ao mesmo tempo, com a descoberta de novos campos e novos horizontes, as medidas recuperáveis aumentaram de cerca de 600 para 675 milhões de barris e as inferidas para 800 milhões.

Foi profícuo o labor de reorganização administrativa das empresas e autarquias estatais. Algumas delas puseram fim a longo ciclo deficitário, outras diminuíram seu apêlo a subvenções do

Tesouro, tôdas melhoraram em rendimento, disciplina e moralidade administrativa, permitindo, como no caso dos portos, substanciais reduções do custo das cargas.

Numa fase de inflação, em que se confunde a capacidade de imprimir papel-moeda com a capacidade de criar fatores reais de produção, podem-se conseguir resultados aparentemente espetaculares em setores para os quais se canaliza o fluxo inflacionário. Vê-se aquilo que se constrói e ninguém atenta para aquilo que se deixa de construir.

Em passado recente houve, por exemplo, concentração de recursos em barragens e estradas. Mas pouco se investiu nas rês urbanas de distribuição de energia, na provisão de água e esgotos para o grande e abandonado interior do país, acumulou-se gigantesco «deficit» habitacional, deterioraram-se os portos, estiolou-se completamente o sistema de telecomunicações e nenhum esforço sério foi feito para a modernização agropecuária.

Entregou-se o Govêrno à tarefa de equilibrar a distribuição de investimentos, atendendo aos setores abandonados durante a fase de distorção inflacionária.

Na correção do «deficit» habitacional se tem empenhado o Banco de Habitação, apoiado numa legislação financeira realista e agora reforçada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que o futuro reconhecerá como grande conquista da classe operária, pois substituirá uma ilusão de estabilidade por um real patrimônio financeiro.

Em cêrca de dois anos, o programa habitacional do Govêrno, que hoje alcança 168 municípios, completou ou tem contratada a construção de 89 mil unidades residenciais, contra 58 mil unidades construídas pelos Institutos e Fundação da Casa Popular em mais de um quarto de século de existência.

A correção do alarmante «deficit» de telecomunicações, prejudicial tanto à economia como à segurança do país, exigiu uma série de providências que vão desde a formulação de planos de longo prazo, até a organização da Embratel, a nacionalização da Companhia Telefônica Brasileira e a implantação de sistema de tarifas realistas e de sistemas de autofinanciamento.

Nas comunicações a longa distância ampliar-se-á, a partir do primeiro trimestre de 1967, para mil o número de canais telefônicos do Tronco-Sul entre Guanabara e Pôrto Alegre, hoje apenas de algumas dezenas. Em meados de 1967 terá início a ampliação para seiscentos canais, da rêde hoje rudimentar do Tronco Norte, que marcha para Belo Horizonte e Recife. Em etapas sucessivas será multiplicado cinco vêzes o número de canais entre Rio e São Paulo.

Terá início também nos próximos meses a implantação de nova estação terrestre para comunicações por satélites, triplicando o número de canais telefônicos internacionais, com substancial aperfeiçoamento da qualidade de transmissão. O já vetusto problema de comunicações telefônicas na região central do país está agora sendo atacado vigorosamente, e num programa de três anos aumentaremos de 60% a rêde existente na Guanabara, São Paulo, Minas e Estado do Rio, ampliando-se de 500 para 800 mil os terminais existentes.

Nenhum Govêrno anterior devotou tanta e merecida atenção ao grave problema de abastecimento de água, particularmente no interior, para o que utilizamos recursos orçamentários e financiamentos internacionais, procurando tornar o sistema auto-sustentável mediante a exação de taxas realistas, porque os serviços artificialmente baratos carregam o enorme preço oculto da ineficiência e da escassez. Em moeda constante, a média anual de investimentos durante o meu Govêrno representa mais de três vêzes o dispêndio anual médio do período de 1957 a 1960 e mais de duas vêzes o despendido no período imediatamente anterior à Revolução, com enorme benefício para as sofridas populações do interior.

No setor da educação primária, a instituição do salário-educação liberou recursos capazes de atender anualmente um milhão de crianças a mais, o que possibilitará extinguir, em 4 anos, o «deficit» de escolarização urbana na faixa de 7 a 11 anos. De 1964 para 1965 cresceram de 15% as matrículas no ensino médio e de 11% as do ensino superior. Foram distribuídas mais de 22 mil bolsas de ensino secundário a filhos de trabalhadores e am-

pliado de 4 mil em 1964 para 13 mil em 1965 o número de operários beneficiados pelo programa de treinamento intensivo da mão-de-obra.

Estamos agora empenhados na tarefa de modernização da agricultura e de melhoramento da pecuária. O sistema de sustentação de preços mínimos está sendo aperfeiçoado e revigorada a pesquisa agrícola, financiando-se «extra-limite», pelo Banco do Brasil, tratores, fertilizantes e o custeio de colheitas alimentícias básicas, e buscando reduzir o custo dos fertilizantes e corretivos a fim de alcançar melhoria de produtividade. Completamos, com auxílio do Banco Internacional, um projeto de financiamento a longo prazo de investimentos na pecuária, que exigirão na primeira fase 110 bilhões de cruzeiros do Banco Internacional e igual contribuição de nossa parte, e estamos desenvolvendo plano semelhante para solução definitiva do problema de armazenagem e ensilagem.

Contrariando algumas vozes pessimistas partidas daqueles que, por se não haverem descartado a tempo dos maus hábitos inflacionistas, atravessam agora zonas de turbulência, com prejuízo da rota e da perspectiva do tempo, posso declarar que o Brasil está no limiar de uma nova era de desenvolvimento industrial.

Muitos se esquecem de que a confiança dos investidores nas possibilidades econômicas de um país pode ser destruída num momento de imprudência, enquanto a reconstrução dessa confiança exige tenacidade e paciência. Ao longo dos últimos dois anos, procuramos criar condições e estímulos que permitissem o surgimento de projetos sadios, dirigidos principalmente para setores deficientes em nosso panorama industrial. Projetos abandonados na caótica fase anterior ao Governo Revolucionário são agora revividos; intenso labor da iniciativa privada na elaboração de novos planos e na montagem de esquemas financeiros permite-nos farta colheita de investimentos que proporcionarão empregos, melhorarão nosso índice de tecnologia e criarão nova capacidade produtiva.

A Comissão de Desenvolvimento Industrial, que em todo o ano passado aceitara 198 bilhões de cruzeiros de investimentos

industriais, aprovou este ano, em apenas sete meses, novos projetos no valor de 615 bilhões de cruzeiros. Na semana passada foram-lhe apresentados dois novos projetos, ainda em estudos, um no setor da petroquímica e outro no de metais não ferrosos, que, se aprovados, elevarão para 800 bilhões de cruzeiros os investimentos programados exclusivamente pela iniciativa privada, nos campos da indústria química e petroquímica, nas indústrias metalúrgicas e mecânicas, nas indústrias de tecidos e couros e na de produtos alimentares. Os paulistas certamente se orgulharão de contar em breve, na área São Paulo-Cubatão, com um dos maiores complexos petroquímicos do mundo. Se a isso agregarmos projetos integrados de mineração e industrialização de ferro, em fase vizinha de execução, teremos investimentos privados, da ordem de um trilhão de cruzeiros, que marcarão a retomada do desenvolvimento, em bases mais sólidas, em ritmo mais estável e num rumo mais seguro.

O açodamento do debate político obscurece, muitas vezes, a visão dos problemas reais que estão em jôgo na construção de um grande país, como o nosso. Não me propus, entretanto, enriquecer ou acalorar êsse debate. Propus-me, isto sim, não perder de vista os interesses verdadeiros da Nação, porque êstes só interessam aos demagogos na medida em que são esquecidos pelos Governos e não quando resolvidos sem a sua participação.

Vejam como os verdadeiros e grandes problemas nacionais foram sendo, a pouco e pouco, retirados da agenda de demagogia e catalogados como itens sem interesse para os ataques ao Governo. É que a simples alusão a problemas como o do crédito internacional, o das exportações, o da recuperação das empresas de economia mista, o da habitação, o da reforma agrária, o da energia elétrica, o da reforma bancária, o da construção e pavimentação de estradas, o da industrialização do Nordeste, favorece a imagem do Governo que os soube enfrentar. Chamo a atenção do povo brasileiro para a omissão dêsses problemas no falso debate com que se pretende julgar a ação do Governo, não em função dos interesses reais da Nação, mas em função de interesses escusos, que se frustraram por falta de objetivos legítimos a alcançar.

O povo compreenderá, entretanto, que não se constrói um grande país esquecendo os objetivos permanentes da Nação e cuidando apenas dos objetivos ocasionais dos demagogos. Não tive o aplauso destes, porque não procurei satisfazê-los. Dou-me por feliz, entretanto, de ter preferido a consciência dos que não aplaudem por interesse ao interesse dos que aplaudem sem consciência.

O Brasil já é suficientemente grande para ser governado com pequenos expedientes. As decisões nacionais são importantes demais para confiá-las a quem atribui menos importância aos problemas do que à deformação dos fatos. A quem dá mais importância a caprichos do que aos desafios da realidade econômica e social.

Foi este grande país que administramos com a decisão de torná-lo maior, mais respeitado, mais consciente de sua grandeza, tanto quanto mais severo com suas deficiências. Foi esta grande Nação que administramos com a decisão de torná-la independente por suas realizações, e não submissa por sua omissão.

Ao fim de permanente esforço para dar ao povo a solução que a gravidade de seus problemas reclamava, não indago o que pensam de mim meus desafetos. Contemplo, apenas, o espetáculo de uma Nação que pode hoje erguer-se sobre si mesma e caminhar por conta própria. Uma Nação que tem ambições porque tem condições de realizá-las. Uma Nação preparada para financiar o seu próprio desenvolvimento porque se dispôs a fazer o sacrifício dos que precisam sobreviver e dos que decidem crescer. Sobrevivemos à inflação, ao caos administrativo e à subversão política.

Não creio assistir inteira razão a Churchill ao dizer que o «estadista preocupa-se com as futuras gerações, enquanto o político apenas planeja as futuras eleições». Na realidade basta ter as vistas voltadas principalmente para o interesse público, como acontece com numerosos políticos, para serem atendidos os interesses do futuro. E, dentro dos postulados ideais e aspirações da Revolução foi o que quisemos fazer. Procurei resolver problemas em lugar de os postergar. Busquei aperfeiçoar instituições em vez de permanecer no conforto da rotina. Desejei preparar o terreno e lançar sólidas fundações e não preferir o brilho das fachadas em detrimento da segurança. São coisas simples, mas que exigem o

enunciado de algumas verdades claras. E dentre estas cumpre acentuar que nada será obtido se não contivermos as despesas de pessoal e custeio da máquina administrativa para expandir os investimentos; se o empresário abandonar a austeridade e deixar de reaplicar os seus rendimentos, procurando lucros na manipulação de preços em vez de fazê-lo graças à eficiência; se o trabalhador não se lembrar de que o salário representa custo e a sua majoração excessiva o anula pela alta dos preços; se o político, para euforia do aumento das despesas, não se conformar com a impopularidade de votar impostos correspondentes; se o país em lugar de maldizer fantásticas forças ocultas não trabalhar para conquistar com o próprio esforço a riqueza e a prosperidade.

Quero, portanto, que os trabalhadores, ao pleitearem justamente melhor participação na renda nacional, não se concentrem apenas na reivindicação salarial, mas atentem para os duradouros benefícios de programas de educação, de habitação e melhoria da assistência médica e social. Quero que os empresários apliquem livremente sua energia produtiva, que possam calcular seus investimentos sem a trágica maré de preços da inflação, que ao cumprirem seu dever de pagar impostos não sejam inferiorizados pelos que sonegam tributos, que não sejam constantemente ameaçados de ampliação das atividades do Governo fora das regras competitivas.

Fiz meu propósito e meu lema a democratização das oportunidades, bem diferente do oportunismo dos pseudo-democratas e da demagogia dos oportunistas. São propósitos bem nítidos e bem simples, mas que acredito serão compreendidos e apoiados pela culta, patriótica e progressista população de Campinas, à qual sou profundamente reconhecido pela expressiva acolhida com que acaba de me distinguir.